



COMITÊ DA BACIA DO RIO PARANOÁ

1 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANOÁ – CBHRP**
2 **ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

3
4 **Data: 10 de setembro de 2014.**

5 **Horário: 18h às 20h**

6 **Local: Auditório da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA –**
7 **SGAN 601, Módulo K – Brasília/DF.**

8
9 **REPRESENTANTES:**

10 EMATER – Marcos de Lara Maia

11 IBRAM – Patrícia Valls e Silva

12 IBRAM – Elisa Coutinho de Lima Saldanha

13 ICMBIO – Paulo Henrique Marostegan e Carneiro

14 ACONURCO – Marcelo Pereira da Silva

15 REDE DE SEMENTES DO CERRADO – Ana Palmira Silva

16 ADESTUR – Devanir Fernandes Rodrigues

17 EMBRAPA CERRADOS – Jorge Enoch Furquim Werneck Lima

18
19 **DEMAIS PARTICIPANTES:**

20 Sandronei Augusto Bossa - SEAGRI

21 Hudson Rocha de Oliveira - ADASA

22 Verusca Maria Pessoa Cavalcante - ICMBIO

23 Genésio Muller - AGROTAB

24 Roberto Koji Yamane - COARP

25 Marcos Vinícius Dal Bello

26 José Brilhante Neto

27 Camila Quevedo Cenci

28 Lúcio Valadão – Secretário SEAGRI

29 Diógenes Mortari – ADASA

30 Rafael M. Mello – ADASA

31 Natalina

32 Alba Evangelista Ramos – SEAGRI

33 Cristiane Raquel Teixeira M. Souza

34 Célio Ernesto Brandalise – ASPROESTE

35
36 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

37 Às dezoito horas e quarenta minutos do dia 10 de setembro de 2014, realizou-se a
38 Décima Sexta Reunião Extraordinária do CBH Paranoá, na Confederação Nacional de
39 Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA , Brasília – DF, tendo como pauta: Divulgação de
40 demanda de projetos de irrigação pelo Ministério da Integração Nacional, pela SEAGRI; e
41 Apresentação sobre proposta de Secretaria Executiva dos Comitês, pela ADASA. O Presidente

42 do CBH Paranoá, Sr. Jorge Enoch, em nome do Presidente do CBH Preto, Sr. Genésio Müller, e
43 do Vice-Presidente do CBH Maranhão, Sr. Célio Brandalise, deu as boas vindas a todos
44 agradecendo a presença nessa reunião conjunta dos Comitês. Após a verificação de presença e
45 quórum, abriu a reunião com a leitura da pauta. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de
46 Estado Sr. Lúcio Valadão, representando a SEAGRI, que deu início à discussão sobre a
47 **demanda de projetos de irrigação pelo Ministério da Integração Nacional**. O Sr. Lúcio
48 agradeceu a oportunidade de se reunir com os membros dos três Comitês do DF. Iniciou sua
49 apresentação informando que a SEAGRI está responsável pelo processo relativo à elaboração de
50 projetos para canais de abastecimento de água em áreas rurais. O Sr. Lúcio informou que o
51 Ministério da Integração Nacional dispõe de recurso para a recuperação de canais de irrigação e
52 que parte do valor é destinada exclusivamente para o Distrito Federal. No entanto, para que se
53 possa fazer o uso desse recurso é preciso apresentar os projetos e é nesse sentido que solicitou a
54 reunião com os Comitês e sua ajuda. O Sr. Lúcio lembrou ainda que há alguns anos atrás o
55 Governo construiu diversas barragens que foram utilizadas, em alguns casos de forma privada
56 em outros de forma coletiva, pelos produtores e que em um momento precisarão ser
57 regularizadas. Atualmente, não há restrições para construções de barramentos ou de instalação de
58 pivôs, desde que se sigam as recomendações dos órgãos responsáveis. Destacou que existe a
59 proposta de se trazer os recursos com transferência do governo federal para o Distrito Federal
60 para aplicação em irrigação pública, de caráter de uso coletivo. Mencionou, ainda, o Plano
61 Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal, mas que levará um tempo para ser finalizado.
62 Ressaltou que esse Plano Diretor trará um diagnóstico sobre a agricultura irrigada no DF,
63 apresentando as possibilidades de expansão do setor, sendo um importante instrumento para o
64 avanço na área. Como ação da SEAGRI citou, também, a recuperação de canais de irrigação que
65 estão prejudicando o uso da água e a população que depende destas estruturas, devido a diversos
66 fatores, dentre os quais as grandes perdas de água. Como exemplo, citou o canal da Vargem
67 Bonita que já foi recuperado, pelo menos em sua parte principal. Essa recuperação já foi
68 realizada em seis áreas. O Sr. Lúcio explicitou, ainda, que a SEAGRI está contando com o apoio
69 da ADASA para a elaboração do projeto de recuperação do canal Santos Dumont e que com o
70 projeto pronto, sabendo-se o quanto se irá gastar para a recuperação do canal, este trabalho
71 poderá ser inserido no contexto do recurso disponível no Ministério de Integração Nacional.
72 Lembrou que em 2011 havia recurso do Ministério da Integração para a elaboração desse
73 projeto. O dinheiro foi repassado para o IICA que contratou uma empresa para elaboração do
74 projeto, mas, no entanto, a empresa não conseguiu entregar o produto. Infelizmente, esse



COMITÊ DA BACIA DO RIO PARANOÁ

75 processo demorou dois anos e a recuperação do canal ficou prejudicada. O Sr. Jorge explicou
76 que dentro da UGP do Programa Produtor de Água do Pipiripau há um Grupo de Trabalho (GT)
77 para tratar principalmente do canal Santos Dumont. Este grupo tem buscado uma solução
78 “caseira” para o problema com base na capacidade instalada da área. Destacou que foi realizada
79 uma campanha de medição para cálculo da perda de água no canal, que contou com a
80 participação da ADASA, CAESB, EMBRAPA, EMATER e dos produtores locais. Agora a
81 tentativa do grupo é que a CAESB, com o conhecimento que possui na área de projeto de
82 tubulações e canais de abastecimento, elabore o projeto para a recuperação do canal. O Sr. Lúcio
83 considerou difícil que o projeto seja realizado pela CAESB uma vez que as características para a
84 construção de canal para irrigação são muito diferentes dos canais de abastecimento urbano. O
85 Sr. Jorge informou que dentro da EMBRAPA Cerrados foi recuperado recentemente um canal de
86 quatro quilômetros, construído em manilhas de concreto, que apresentava perdas de 60 a 70% e
87 que com a recuperação foram colocados tubos de PVC e as perdas foram reduzidas
88 drasticamente. O Sr. Lúcio explicou que ações simples podem auxiliar nas recuperações dos
89 canais. Como exemplo citou trabalhos que a SEAGRI tem realizado com a utilização de tubos de
90 PVC e que tem diminuído consideravelmente a perda de água. Em alguns casos, o resultado é de
91 50% na diminuição da perda. O Sr. Lúcio informou que há projetos mais antigos e que são
92 excelentes, apesar de terem sido realizados em uma época em que não havia tanta informação.
93 Eles foram construídos seguindo o princípio da gravidade, o que diminui os gastos, sendo uma
94 concepção muito interessante. Eram cerca de 30 canais previstos no DF, sendo que alguns se
95 encontram em funcionamento ainda hoje, outros já estão desativados, e alguns não chegaram a
96 ser implantados. Com o tempo, foi possível verificar que a falta de gestão causou diversos
97 problemas nesses canais que foram implantados. Além disso, também foram construídos
98 barramentos nas áreas rurais. Citou vários exemplos no DF desses projetos de canais que foram
99 realizados em diferentes regiões como: Tabatinga, Santos Dumont, Vargem Bonita, Buriti
100 Vermelho, Amarão, Capão Seco, Rio Preto. O Sr. Lúcio afirmou que a intenção de expor esse
101 assunto na reunião com os Comitês é fomentar a discussão da possibilidade de se ter propostas
102 para a elaboração de projetos para utilização do recurso disponível. Foi questionado, então, qual
103 o prazo para o envio de contribuições por parte dos CBHs e para a elaboração dos projetos. O Sr.
104 Lúcio respondeu que não há um prazo determinado, mas que quanto antes esta situação for
105 resolvida melhor será para todos os envolvidos. A grande dificuldade é ter o projeto, a ideia é
106 uma etapa preliminar que deve ser discutida e aceita para depois se elaborar o projeto que
107 acarreta em custos para depois se iniciar a obra em si. O Sr. Paulo Henrique questionou se os

108 canais existentes e que constam como possibilidade de serem recuperados possuem
109 licenciamento ambiental. O Sr. Lúcio respondeu que não, pois os canais foram construídos há
110 muitos anos, quando ainda não havia esta obrigatoriedade e toda a legislação ambiental que
111 existe hoje. O Sr. Genésio questionou se a melhor opção não seria fechar os canais e as captações
112 serem diretamente no rio, de forma a se evitar o desperdício. O Sr. Lúcio informou que se
113 fazendo a recuperação dos canais o desperdício será reduzido e todos da região poderão ser
114 atendidos. O Sr. Marcelo também questionou se seria possível pleitear a construção de novos
115 canais ou se o recurso disponível é destinado apenas à recuperação de canais já existentes. O Sr.
116 Lúcio respondeu que é possível sim a construção de novos canais, desde que sejam destinados ao
117 uso coletivo. O Sr. Jorge questionou se a verba existente é apenas para obras ou se é para a
118 elaboração de projetos. O Sr. Lúcio disse que é para a elaboração de projetos também e que a
119 necessidade mais urgente é elencar quais são as prioridades no DF, ou seja, quais são os canais
120 que precisam de recuperação com urgência. Segundo o Secretário, os projetos de recuperação
121 são relativamente simples, porém, os de barramento e captação são mais complexos e se forem
122 realizados pelo poder público demandará um pouco mais de tempo. O Sr. Paulo Henrique
123 ponderou que antes de fazer os projetos executivos é mais correto e interessante se fazer uma
124 análise de viabilidade ambiental para estas obras. O Sr. Lúcio informou que atualmente é
125 condição obrigatória para captação de recurso a apresentação de licença ambiental para o
126 empreendimento. No entanto, destacou que conforme novas resoluções do CONAM a questão de
127 recuperação dos canais pode ser contemplada por autorização ambiental, licenciamento
128 ambiental simplificado ou até mesmo dispensa de licenciamento, a depender do porte. A Sra.
129 Devanir relatou problemas de abastecimento de água na região de Ponte Alta há cerca de dois
130 anos atrás e que equipe da ADASA foi ao local para verificar a questão. A questão à época foi
131 resolvida, no entanto, voltou a ser um problema, pois a escola local está novamente sem água.
132 Assim, solicitou que providências sejam tomadas. O Sr. Jorge informou que uma alternativa seja
133 a revisão das outorgas na região. A Sra. Alba informou que essa questão deve ser debatida nos
134 Comitês para que possam enviar um posicionamento à SEAGRI para darem continuidade ao
135 processo. O Sr. Diógenes se manifestou satisfeito com o que foi exposto e afirmou que é de
136 grande importância que a Secretaria de Agricultura leve questões como essa para serem
137 discutidas no âmbito dos Comitês. Afirmou ainda, que os antigos estudos apresentados pelo Sr.
138 Lúcio foram elaborados se considerando o aproveitamento total da água. Atualmente, é
139 fundamental que o assunto seja discutido com a população, a forma como a água será utilizada e
140 até mesmo a quantidade, e que os Comitês são os fóruns ideais para isso. Também afirmou que o

141 trabalho conjunto entre ADASA, SEAGRI e Comitês poderá ser positivo para se avançar no
142 assunto. O Sr. Diógenes afirmou que atualmente há mais facilidade de acesso a recursos, porém,
143 é necessário que se tenham os estudos e projetos necessários. O Sr. Lúcio lembrou que antes
144 eram realizados encontros de irrigantes com a participação dos órgãos públicos para a solução de
145 problemas da área e sugeriu que se retome essa atividade. O Sr. Jorge, como encaminhamento,
146 afirmou que os comitês devem realizar o levantamento das possibilidades, potencialidades e
147 prioridades, com o auxílio das informações dos órgãos gestores também, para que se possa
148 estabelecer um posicionamento dos comitês a ser encaminhado à SEAGRI. O Sr. Jorge estimou
149 que serão necessários cerca de 50 dias para a finalização da discussão, já que os Comitês
150 precisarão se reunir separadamente antes de um posicionamento final, além das consultas aos
151 órgãos gestores para acesso à informações. O Sr. Genésio manifestou a importância dos Comitês
152 serem comunicados sobre realização de obras nas bacias. O Sr. Lúcio informou que a SEAGRI
153 tem feito algumas intervenções pontuais. O Sr. Jorge reforçou que a comunicação entre as
154 instituições é realmente muito importante. O Sr. Jorge agradeceu a presença do Sr. Lúcio e sua
155 apresentação e passou a palavra ao Sr. Diógenes que deu início ao segundo item da pauta,
156 referente à **proposta de Secretaria Executiva para os Comitês**. O Sr. Diógenes fez uma breve
157 descrição do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e informou que este Sistema
158 deveria estar mais estruturado e forte para que a integração entre suas partes de fato já estivesse
159 ocorrendo. Informou que uma das partes é a Agência, que ainda não foi implementada,
160 responsável pelo apoio técnico e de secretaria executiva, entre outros. Para a determinação da
161 Agência é preciso que a cobrança esteja implantada, o que não é o caso do DF ainda, uma vez
162 que o assunto ~~ainda~~ está em discussão. Como forma de apoiar os Comitês no trabalho de
163 Secretaria Executiva, enquanto não há Agência, a ADASA está propondo a disponibilização de
164 uma pessoa e estrutura para a realização desse trabalho administrativo – convocação, ata,
165 atendimento telefônico e via e-mail, arquivo, atualização do site, entre outros. Como exemplo
166 citou o caso do Comitê do Paranaíba. Informou que a ADASA encaminhou ofício para
167 formalizar a proposta. O Sr. Diógenes afirmou, ainda, que esse será um ganho e um avanço para
168 o Sistema, mas que necessita de uma decisão das Plenárias dos Comitês. O Sr. Marcelo
169 manifestou que é importante ter uma coordenação para os trabalhos de forma centralizada a fim
170 de facilitar o trabalho dos membros dos Comitês e que espera que seja logo implantada. O Sr.
171 Jorge afirmou que é importante ter uma pessoa dedicada exclusivamente para esse trabalho de
172 Secretaria Executiva, mas que, no entanto, a proposta da ADASA não tem como ser
173 completamente desvinculada desta instituição. Afirmou também que é importante que essa



COMITÊ DA BACIA DO RIO PARANOÁ

174 estrutura de Secretaria Executiva esteja diretamente vinculada às Diretorias dos Comitês. Como
175 encaminhamento, o Sr. Jorge informou que a questão deverá ser debatida nas próximas reuniões
176 dos Comitês para que, então, seja enviado um posicionamento conjunto dos Comitês à ADASA
177 para prosseguimento. A Sra. Elisa esclareceu que, na legislação, não existe a figura Secretaria
178 Executiva e sim a figura de Agência que faz o trabalho de Secretaria Executiva. O Sr. Diógenes
179 aproveitou o momento para informar que a ADASA passará a encaminhar aos Comitês o que é
180 de sua atribuição. Nada mais tendo a tratar, o Sr. Jorge, em nome do Sr. Genésio e do Sr. Célio,
181 agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Eu, Patrícia Valls e Silva, lavrei a
182 presente Ata que é assinada pelo Sr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Presidente do CBH
183 Paranoá.

JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA
Presidente CBH Paranoá

184
185
186
187